

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
BACHARELADO EM ENFERMAGEM

ALLANA PATRÍCIA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISABETE CASSIMIRO DE MELO
IVANEIDE DA SILVA SOUSA
MARIA VIVIANE DE SOUSA FERREIRA LIMA
POLIANE MEDEIROS DE PAIVA
THAMIRES SIQUEIRA DA SILVA LUZ

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: PERCEPÇÃO DA
PUÉRPERA NO PARTO NORMAL**

RECIFE/2021

ALLANA PATRÍCIA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISABETE CASSIMIRO DE MELO
IVANEIDE DA SILVA SOUSA
MARIA VIVIANE DE SOUSA FERREIRA LIMA
POLIANE MEDEIROS DE PAIVA
THAMIRES SIQUEIRA DA SILVA LUZ

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: PERCEPÇÃO DA PUÉRPERA NO PARTO NORMAL

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado
em Enfermagem.

Professor(a) Orientador(a): Prof. Dr. Filipe Torres da Silva.

RECIFE/2021

V795

Violência obstétrica: percepção da puérpera no parto normal./ Allana Patricia do Nascimento; Elisabete Cassimiro de Melo; Ivaneide da Silva Sousa; Maria Viviane de Sousa Ferreira Lima; Poliane Medeiros de Paiva; Thamires Siqueira da Silva Luz. - Recife: O Autor, 2021.

18 p.

Orientador: Dr. Filipe Torres da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Enfermagem, 2021

1. Violência contra a mulher. 2. Obstetrícia. 3. Parto normal. I. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA. II. Título.
CDU: 616-83

Dedicamos esse trabalho a nossos pais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Deus por iluminar nossos caminhos e nossas vidas nesta jornada difícil.

Aos nossos familiares por suportarem as ausências com paciência e compreensão para o nosso crescimento profissional.

Ao nosso orientador Prof. Dr. Filipe Torres da Silva e aos demais docentes pela partilha de conhecimentos e experiências de vida. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da nossa formação, o nosso muito obrigado.

Primeiramente agradeço a Deus pela dádiva de viver, pela força de vontade e por me ajudar, mesmo com todos os obstáculos encontrados ao longo de minha jornada acadêmica, a chegar até aqui. Em especial, a minha mãe, Rita de Cássia, ao meu pai, Jose Batista, ao meu esposo, Cassiano Pereira e minha tia, Vera lúcia, pelo incentivo e todo apoio prestado enquanto me dedicava a realização do meu sonho. Agradeço também aos meus queridos professores que, contribuíram com sua metodologia de ensino para meu crescimento profissional. Não poderia de deixar de agradecer ao meu orientador Dr. Filipe Torres da Silva, por todo o auxílio necessário. A todas as minhas colegas que participaram das pesquisas e no desenvolvimento positivo. Não foi fácil, mas com minha fé, eu consegui!

Muito obrigada!

Thamires Siqueira da silva luz.

*“Pra mudar o mundo é preciso primeiro
mudar a forma de nascer.
(Michel Odent)*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	08
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	08
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: PERCEPÇÃO DA PUÉRPERA NO PARTO NORMAL

Allana Patrícia Souza do Nascimento
Elisabete Cassimiro de Melo
Ivaneide da Silva Sousa
Maria Viviane de Sousa Ferreira Lima
Poliane Medeiros Paiva
Thamires Siqueira da Silva Luz
Professor: Dr. Felipe Torres da Silva

Resumo: Uma em cada quatro mulheres brasileiras que tiveram parto normal, relataram terem sofrido violência obstétrica durante o parto. Violência que pode ser definida pela apropriação do corpo e dos processos reprodutivos da mulher, praticada nas diversas formas e tipos por profissionais de saúde, podendo ser acometida através de uma assistência desumanizada, pelo uso a hiper medicalização e da patologização dos processos fisiológicos, tirando da mulher suas escolhas, liberdade e autonomia. O seguinte trabalho objetivou-se analisar qual o conhecimento das puérperas acerca da violência obstétrica durante o parto. Buscou-se através da pesquisa bibliográfica, seguida de um levantamento de literatura nacional, feito através de uma leitura crítica e criteriosa, aspirando assim um aprofundamento teórico sobre o assunto, os trabalhos foram classificados quanto ao ano, título, autor, metodologia e resultados. Os resultados mostraram que a mulher sofre violência obstétrica por meio da violência física, psicologia, institucional, antes, durante e após o parto, violência onde mulheres são submetidas as práticas abusivas, com intervenções sem justificativas e evidências científicas. Viu-se a perda do protagonismo, autonomia e liberdade da mulher, onde muitas delas desconhecem ou nunca ouviram falar do que seria violência obstétrica. Conclui-se que a violência obstétrica ainda é um fato vivenciado por muitas mulheres e a falta de conhecimento e esclarecimento deixa a mulher em posição de vulnerabilidade a tais práticas.

Palavras-chaves: Violência contra a mulher. Obstetrícia. Parto normal

1 INTRODUÇÃO

Uma em cada quatro mulheres brasileiras que tiveram parto normal sofreram algum tipo de violência obstétrica durante o parto, pesquisa divulgada no ano de 2010 intitulada “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados”, realizada pela fundação Perseu Abramo, violência que vão desde insultos, maus-tratos, xingamentos praticados antes, durante e/ou após o parto (PEREIRA et al., 2016).

O parto representa um momento único na vida da mulher, marcado de sensações e emoções, é necessário que o parto seja conduzido da melhor forma possível, já que ele requer cuidado e atenção, para que no final de todo o partejamento essa mulher consiga ter seus anseios e desejos respeitados (ZANARDO et al., 2017).

A violência obstétrica (VO), pode ser expressada e caracterizada de diversas formas, sendo percebida através da: negligência na assistência, discriminação social, violência verbal através de tratamentos grosseiros, da violência física, através de

ameaças, humilhações intencional, são submetidas a procedimentos e intervenções desnecessários afetando negativamente a sua qualidade de vida e seu binômio. Ressalta ainda que este tipo de violência pode estar relacionado com a violência de gênero, pois é praticada a uma categoria específica (LANSKY et al., 2019).

Apesar dos avanços científicos e tecnológico empregado no ciclo gravídico-puerperal, a assistência prestada ao parto representa uma realidade preocupante tanto nas maternidades públicas como na privada. A Organização Mundial de Saúde declarou que “No mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde” tais tratamentos evidencia que essas mulheres tem seus direitos desrespeitados e violados (RIBEIRO et al., 2017).

Diante dessas considerações e sobre a problemática apresentada, viu-se a necessidade de buscar através de estudos sobre o assunto abordado, maiores informações e entendimento de um tema tão negligenciado. O objetivo do nosso trabalho é “analisar qual o conhecimento das puérperas acerca da violência obstétrica durante o parto” e através dos objetivos específicos saber, identificar a compreensão das gestantes acerca dessa violência obstétrica durante o parto, verificando na literatura quais os tipos de violência mais praticados durante todo esse processo de parto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Final do século XVIII, a assistência prestada a parturiente era realizada no ambiente domiciliar; junto da família, essa gestante era acompanhada durante toda gestação, parto e pós-parto por mulheres conhecidas como parteiras, mulheres de confiança onde se respeitava toda autonomia, liberdade, além de ter todo processo fisiológico respeitado (ZANARDO et al., 2017).

A partir de 1940 com os índices de mortalidade materno-infantil elevado, o modelo de parto foi transferido para o ambiente hospitalar, com a justificativa de minimizar as mortes, com isso acelerou-se o processo de hospitalização dos partos onde a mulher é retirada do seu ambiente domiciliar, dados do Departamento de Informática do Sistema Único de saúde- DATASUS, no ano de 2015, os partos em unidades hospitalares já representavam 98,08%. Com essas mudanças as parturientes foram sendo submetida a práticas e intervencionistas, distantes dos familiares e tendo o médico como centro do cuidado, essas mulheres aceitavam

passivamente as condutas recebidas pelos profissionais de saúde (NASCIMENTO et al., 2019 ZANARDO et al., 2017).

Final do século XX, com a medicalização do parto a mulher ficou à disposição das tecnologias empregadas para esse novo modelo de parir sendo essa perdendo o controle de decidir livremente sobre seu corpo. O modelo tecnocrático, hegemônico da assistência ao parto e nascimento praticada no Brasil dentro das instituições de saúde passou ter relevância e destaque no país resultando nas altas taxas de parto cesarianas realizada sem as reais indicações necessárias (ZANARDO et al.,2019). A violência obstétrica é tipificada na forma física, verbal, psicológica ou até mesmo sexual e vai além:

As formas mais comuns de violência obstétrica são: humilhar, xingar, coagir, constranger, ofender a mulher e sua família; fazer piadas ou comentários desrespeitosos sobre seu corpo, sua raça ou sobre sua situação socioeconômica; realizar procedimentos sem esclarecimentos ou desconsiderar a recusa informada; utilizar inadequadamente procedimentos para acelerar partos e vagar leitos; prestar assistência sem observar as melhores evidências científicas disponíveis da segurança e/ou da efetividade das intervenções; submeter a mulher a jejum, nudez, raspagem de pelos, lavagem intestinal durante o trabalho de parto; não oferecer condições para a amamentação e para o contato do bebê sadio com a mãe; violar direitos da mulher garantidos por lei; descumprir normativas e legislação vigente; e coagir mulheres a contratarem serviços e planos (como fotografia e filmagem ou plano do tipo "apartamento") como única forma de garantir direitos já adquiridos por lei às mulheres (MATERNIDADE ATIVA, 2015, pág. única).

A falta de empatia com a gestante no momento da dor pode ser considerada como o primeiro ato de violência praticado por profissionais, visto que a paciente está em uma posição de vulnerabilidade. As mulheres mais acometidas a tais atos são mulheres pobres, negras, adolescentes, gestantes sem consulta de pré-natal e acompanhante, usuárias de droga, essas estão mais sujeitas a sofrer omissão de socorro e negligência (RIBEIRO et al., 2020).

Diante disso outra forma de caracterizar a violência obstétrica é:

Apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais da saúde, através do tratamento desumanizado, abuso de medicação e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e da capacidade de decidir livremente sobre os seus corpos e sexualidade, impactando negativamente em sua qualidade de vida (OLIVEIRA et al., 2017).

O termo surgiu pela primeira vez na América Latina, no ano de 2000, em junho do mesmo ano, o Ministério da Saúde (MS) Brasil passa a reconhecer a prática como forma de violência obstétrica (RIBEIRO et al., 2020).

Em 2019, houve uma discussão sobre o termo onde MS, através de um despacho Sei/MS-9087621, citou em abolir o uso do nome “violência obstétrica” das políticas e dos programas de saúde, com a justificativa de não haver um consenso definido acerca do termo usado (BRASIL, diário oficial, 2021).

No Brasil torna-se difícil punir quem pratica a violência obstétrica pois ainda não existem lei específica, diferente da Venezuela que desde 2007 a violência obstétrica é crime. A continuidade dos atos violentos firma-se na falta de impunidade, a indivisibilidade ainda se perpetua entre a maioria das gestantes. Já que culturalmente o parto era visto como ‘doloroso e difícil’, por isso a aceitação das condutas recebidas era comum não sendo vista como violência mais sim como uma ajuda (SENA; TESSER. 2017).

Na pesquisa nascer no Brasil, sobre as características do parto e nascimento, inquérito nacional feito com mais de 20 mil puérperas, pode-se verificar as práticas intervencionistas excessiva e abusivas durante o parto e nascimento. Segundo os dados do relatório 91,7% das parturientes foram submetidas a posição de litotomia, 56,1% sofreu episiotomia sem informação e consentimento prévio, e 37,3% foi aplicada a manobra de Kristeller (LANSKY et al., 2019).

3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

É de suma importância evidenciar o processo metodológico onde o trabalho foi submetido na obtenção da coleta de dados, resultados e discussão. A fim de se alcançar o objetivo proposto, buscou-se através da pesquisa bibliográfica, seguida de um levantamento de literatura nacional, feito através de uma leitura crítica e criteriosa, permitiu um conhecimento maior acerca do tema “Violência obstétrica: na percepção da puérpera no parto normal”.

Percorreu-se as etapas: elaboração da questão norteadora e objetivo geral do estudo. A partir daí, fez-se buscas através da seleção de artigos, teses e dissertações disponíveis nas bases de dados como: google scholar (google acadêmico), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), The Scientific Electronic Library Online (SciELO), a partir dos meses de agosto a novembro de 2021, utilizando como descritores “violência contra a mulher”, “obstetrícia” e “parto normal”. Durante o processo de parto, gestação e

aborto, a mulher está sujeita a inúmeras formas de violência, diante disso, surgiu a necessidade de se buscar através dos estudos mais recentes, evidências científicas acerca da temática.

A escolha se deu através da leitura de títulos, resumos e textos na íntegra, os critérios de inclusão foram artigos originais completos em português, disponíveis entre os anos de 2016 a 2021 e que fossem acessíveis a tema abordado; os artigos que não se adequaram ao estudo foram excluídos. De início foram encontrados 50 artigos, após aplicação dos filtros restaram 20 artigos, após os critérios de inclusão, restaram 15 artigos. Após a seleção do material escolhido, os textos foram separados quanto ao ano, título, autor, metodologia e resultados da obra.

Foram feitas análises e interpretação dos trabalhos, em seguida foram remetidos a discussão perante a abordagem da literatura acerca do tema. Por não envolver seres humanos durante a pesquisa, e sim por ser uma análise secundária de dados feita através da revisão de literatura, não houve a necessidade de aprovação ou apreciação perante o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), no entanto, foram mantidas a veracidade das ideias, conceituação, definição dos autores e sua originalidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados obtidos durante a pesquisa, foi possível identificar que a maioria das mulheres possuem compreensão limitada sobre violência obstétrica e muitas desconhecem o termo, essa falta de conhecimento deixa a mulher vulnerável a tais atos, pois há uma dificuldade em sua identificação.

A ausência de conhecimento e confiança nos profissionais de saúde durante a assistência na fase de trabalho de parto, conduz as mulheres a aceitação de intervenções desnecessárias como: a hiper medicalização, toques vaginal repetitivos, amniotomia e episiotomia, sem a informação prévia e necessidade de tais práticas. Para que essa mulher tenha autonomia do seu corpo é necessário que essa mulher tenha conhecimento de tudo que for feito com seu corpo.

Quadro I. distribuição das referências utilizadas na elaboração dos resultados.

Autor/ano	Objetivo	Resultados
QUADROS e colaboradores, 2016.	Compreender as contribuições da enfermagem obstétrica para as ações de educação em saúde voltadas ao processo de parturição.	O enfermeiro obstetra, através do trabalho educativo, permita que a mulher assume seu papel de protagonista durante o parto e nascimento, fazendo com o parto seja um processo fisiológico e menos intervencionista.
ESTUMANO et al., 2017.	Analisar os resultados de pesquisas, sobre as reflexões acerca da violência obstétrica, analisando a percepção das parturientes acerca de violência e as principais formas de violência obstétrica sofridas pelas mulheres brasileiras.	Evidenciou-se que mulheres menos esclarecidas são mais vulneráveis a sofrer violência obstétrica durante o parto, ainda é frequente tais práticas vista como desnecessárias como: “toque vaginais repetitivos utilizações de ocitocina de forma indiscriminada”.
CARVALHO; ARAUJO, 2018.	Analisar a percepção das puérperas sobre a violência obstétrica durante o trabalho de parto e parto.	As mulheres desconhecem o que é violência obstétrica, no entanto relatam que sofrem violência verbal e maus tratos. A realização de procedimentos é vista como naturalidade já que esses procedimentos não são esclarecidos, a mulher sofre violência de várias formas e o profissional tira da mulher sua autonomia.
GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018.	Identificar as percepções das mulheres sobre violência obstétrica no processo de parto.	Violência verbal, física, psicológica, negligencia, essas são alguns tipos de violência relatada por mulheres durante o parto, essas condutas estão relacionadas a desorganização dos serviços, falta de estrutura, além da má conduta dos profissionais.
ANDRADE et al, 2016.	Analisar os fatores associados à violência obstétrica de acordo com as práticas não recomendadas na assistência ao parto vaginal em uma maternidade escola e de referência da cidade de Recife.	Observou-se que em 89% entre as pacientes, foram utilizados procedimentos desnecessários e prejudiciais, tendo o incentivo aos puxos e a administração de ocitocina os mais frequentes.

OLIVEIRA et al., 2019.	Analisar as experiências de trabalho de parto e parto de mulheres que sofreram violência obstétrica.	Evidenciou-se que a violência obstétrica é pouco falado nas instituições de saúde, podendo ser visualizado nos relatos das mulheres, o medo, a falta de informação e o desconhecimento do que é vir a ser violência obstétrica, mostra que é um assunto que precisa ser mais discutido entre os profissionais de saúde.
NASCIMENTO et al., 2019.	Averiguar o conhecimento de mulheres sobre a violência obstétrica e verificar as formas de violência obstétrica vivenciadas por mulheres durante o processo de parturição.	Uma em cada quatro mulheres brasileiras sofrem algum tipo de violência obstétrica durante o parto, a falta de informação leva a mulher a ter um parto desumanizado, além de aumentar a vulnerabilidade diante de procedimento desnecessário, sendo os mais acometidos: amniotomia (40%) e episiotomia (56%).
SILVA et al., 2019.	Analisar os saberes de puérperas sobre violência obstétrica.	Viu-se que a falta de informação, e o temor de perguntar sobre os processos praticados durante o parto foi um ponto importante entre as parturientes, deixando claro que toda mulher tem o direito de saber todos os processos durante o parto.
PASCOAL et al., 2020.	Analisar a percepção de puérperas a respeito da violência obstétrica em maternidade de um município paraibano.	As práticas da violência obstétrica cada vez mais presente na assistência ao parto, onde profissionais não consideram tais condutas como violência a falta de discussão do tema faz com que a violência obstétrica seja banalizada por esses profissionais, a desinformação durante o pré-natal pode gerar consequências a mulher e ao recém-nascido.

RIBEIRO et al., 2020.	Conhecer a percepção das múltiplas acerca das suas experiências com a violência obstétrica.	Não tão diferente de outras pesquisas, a violência obstétrica parece cada vez mais natural por parte de alguns profissionais, as mais vulneráveis são mulheres pobres, negras, profissionais do sexo, usuárias de drogas. O desconhecimento por parte dessas mulheres leva a procedimentos desnecessários.
TEIXEIRA et al., 2020.	Identificar o conhecimento das parturientes sobre violências obstétrica.	A falta de informação durante o pré-natal contribui para falta de conhecimento acerca da violência obstétrica.

Em relação ao objetivo proposto, pôde-se observar que todos os autores versavam sobre a percepção das puérperas acerca da violência obstétrica vivida durante o parto (PASCOAL et al., 2020; NASCIMENTO et., 2019; SILVA et al., 2019; RIBEIRO et al. 2020; CARVALHO et al. 2018; TEIXEIRA et al., 2020).

No mundo inteiro, há relatos que mulheres sofrem abusos, maus desrespeitos durante o parto e puerpério dentro as instituições de saúde. Ameaçando não só a vida como sua integridade física e moral. Diante do contexto exposto podemos dizer que a violência obstétrica é mais do que uma violência de gênero, envolve questões sociais, econômicas e raciais (RIBEIRO et al., 2020).

Tratamento grosseiros, ameaças, repressões, humilhações, gritos e desrespeitos, são algumas forma de violência verbal sofrida por mulheres durante o parto (GUIMARÃES et al., 2018).

A violência obstétrica traz danos irreparáveis a essas mulheres, começando antes mesmo de ser atendidas, já que muitas não conseguem serem atendidas por falta de leitos, fazendo com que haja uma peregrinação à procura de vagas. (SILVA et al., 2019).

Durante uma pesquisa realizada no Brasil sobre as características do parto, verificou-se que uma em cada quatro mulheres brasileiras sofreram violência durante o parto (PASCOAL et al., 2020; LANSKY et al., 2019; CARVALHO, 2018).

Verificou-se que o desconhecimento das mulheres em relação a violência obstétrica foi relatado pela maioria das puérperas, além de terem seus direitos e escolhas desrespeitados durante todo processo de parto (ESTUMANO et al., 2017).

É importante que as mulheres tenham acesso informações já nas primeiras consultas durante o pré-natal. Pois essas práticas é vista pelos profissionais de forma banal e esses não consideram tais condutas como violência; desmerecendo todo o momento em que a mulher se encontra (PASCOAL et al.,2020).

A normatização de condutas abusivas por partes de profissionais, que expressam e culpa na alta demanda do serviços leva para uma atenção tecnicista, mecanizada, impessoal e desumanizada. Essas práticas observadas nos serviços passaram a ser vista como de rotina (CARVALHO; ARAUJO, 2018).

Com a transferência do parto para o ambiente hospitalar e com a patologização desse parto, observou-se o uso indiscriminado de intervenções, sendo episiotomia praticada em 56 % das parturientes seguido do uso da amniotomia, e ocitocina, sendo evidenciado que quanto menos intervenções melhor tanto pra mãe como o bebe. Observa-se que o despreparo dos profissionais, a desinformações, a falta de humanização, contribui para que práticas como essas continuem acontecendo nas maternidades (NASCIMENTO et al., 2019).

O papel do enfermeiro obstetra é fundamental no trabalho educativo para que a mulher consiga assumir seu papel de protagonista durante todo o processo de parto, afirma ainda que é durante as consultas do pré-natal que a gestante cria um vínculo entre o profissional que lhe atende, a partir daí percebe-se a necessidade, as capacitações e/ou limitações dessa mulher (QUADROS; REIS; COLOMÉ, 2016).

É durante as consultas do pré-natal que essa mulher deveria ter acesso a todas as informações gestacionais inclusive sobre violência obstétrica. No entanto 64% das mulheres não tinha recebidos informações completas durante as consultas, reforçando a importância de se ter profissionais preparados e qualificados. Um outro dado apresentado pelos autores foi que 83% das mulheres não puderam escolher a melhor posição no período expulsivo (TEIXEIRA et al.,2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo, conclui – se que a pratica da violência obstétrica é cada vez mais frequente e rotineiras nas maternidades públicas e privadas, tornando-se imperceptível pelos sujeitos envolvidos, a falta de impunidade e ausência de leis que caracteriza tais atos como crime também contribui para o aumento do autoritarismo e posturas desrespeitosas para com as pacientes. A aceitação por parte dos profissionais e da paciente, faz com que condutas consideradas desnecessárias traga algum alívio para a mulher após o nascimento de um filho saudável, compensando qualquer conduta antes recebida, violando assim os direitos das mulheres.

Apesar do tema violência obstétrica ser um tema atual, necessita de uma maior discussão das instituições brasileiras afim de frear tais práticas, diferente de outros países onde já existem leis específicas para tratar tal assunto. Diante dos resultados obtidos, viu-se a perda do protagonismo da parturiente, perda da autonomia, privacidade.

Pode perceber que a maioria das mulheres são vítimas das instituições de saúde, que a falta de informação durante o pré-natal contribui para uma aceitação deste tipo de violência.

É fundamental destacar que essas mulheres tenham seus direitos respeitados e recebam uma assistência digna e humanizada durante todo o trabalho de parto, para isso é muito importante uma equipe treinada e capacitada respeite esse momento tão significativo nesse momento para a mulher.

É preciso que haja uma regularização, melhoria dos serviços, fiscalização e avaliação da atenção durante o parto e nascimento, a fim de que se tenha uma prática humanizada garantindo todos os direitos do binômio mãe-bebê.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, PON, et al. **Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco**: Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 16 (1): 29-37 jan. / mar., 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**: Despacho SEI/MS n. 9087621, de 03 de maio de 2019. Brasília, 2019.

CARVALHO. T. P. M., ARAUJO. C.L.F.; **Percepção das puérperas de parto normal sobre violência obstétrica**: Enfermagem do Brasil, v.17, n.6, p. 619-26, 2018.

ESTUMANO, V. K. C. et al. **Violência obstétrica no Brasil: casos cada vez mais frequentes**: Revista Recien. São Paulo, v. 7, n. 19, p. 83-91, 2017.

GUIMARÃES, L.B.E.; JONAS, E.; AMARAL, L.R.O.G. **Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins**: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(1): e43278. 2018.

LANSKY, S.; SOUZA, K.V.; PEIXOTO, E.R.M.; et al. **Violência obstétrica: Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes**: Ciência & Saúde Coletiva, v. 24, n. 8, p.2811-2824, 2019.

MATERNIDADE ATIVA. **Violência Obstétrica. Parto do Princípio Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa**: 2015. Pág. Única. Disponível em: <<http://www.partodoprincipio.com.br/viol-ncia-obst-trica>>. Acesso em abrio.2021

NASCIMENTO. S.L.; et al. **Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto**. Enfermería Actual de Costa Rica, n. 37, p. 66-79, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**: Genebra, Suíça: OMS, 2014.

OLIVEIRA, M.C.; MERCES, M.C. **Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas**: Rev. enferm. UFPE online; 11(supl.6): 2483-2489, jun. 2017

PASCOAL. K.C.F., et al. **Violência obstétrica na percepção de puérperas**: Rev. Nursing.v. 23, n. 265. p.4221-4226, 2020.

PEREIRA. J.S. et al. Violência obstétrica: ofensa á dignidade humana. Brazilian Journal of Surgery and. Clínica Research –BJSCR . v.15, n.1, pp.130-108 , 2016.

QUADROS. J.K. et al. **Enfermagem obstétrica em educação em saúde, contribuições para a vivencia no processo de parturição**. Rev. rene. v.17(4) 451-9, jul-ago; 2016.

RIBEIRO. D.O.; et al. **A violência obstétrica na percepção das multíparas:** Rev. Gaúcha de Enferm. v: 41, p. 20190419, 2020.

SENA. M.M., TESSER. C.D. **violência no brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de experiências:** comunicação e saúde. v. 21, n. 60, p. 209-20, 2017.

SILVA. F.C. **O saber de puérperas sobre violência obstétrica:** Rev.enferm UFPE on line. 13:e2421100, 2019.

TEIXEIRA. P.C. **Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: A dor que quem calar:** Revista Nursing. 23(261) : 3607-3615, 2020.

ZANARDO. G.L.P.; et al. **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa:** Psicologia social. v. 29, p. 155043, 2017